



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**  
**FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE**  
**ATA DA 12ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À**  
**FORMAÇÃO DOCENTE**

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), no horário de 14:00 às 17:00 h, foi realizada na sala de reuniões da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios – COPEM/SEDUC, a 12ª. reunião do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente. Participaram da reunião os professores José Aires Castro Filho, Vera Maria Soares Fick, Neyara Araújo e Massília Dias – UFC; Maria Aparecida e Jacqueline Freire – UNILAB; Josefa Lineuda da Costa Murta, Nilson de Souza Cardoso e Francisco Fábio Castelo Branco – UECE; Adriano Marini e Manoel Brod Siqueira – CAPES/DEB - Presencial; Ana Célia Freire Maia – SECITECE/CESUP; José Cordeiro de Oliveira e Dione Félix – UNDIME; João Luís do Nascimento Mota e José Pimentel – URCA; Maria das Graças Girão Nobre – SEDUC/CEAPE; Sérgio Bezerra e Silva Neto – CNTE; Erizeny Braga, Tania Maria R. Lopes e Raimunda Pereira de Macedo – SEDUC/COGEP. As ausências dos professores Antonio Colaço Martins e Ludmila Albuquerque representantes da UVA, Sirone Freire (UNCME) e Jacques Therrien (UNILAB), foram previamente justificadas por compromissos profissionais assumidos em suas respectivas instituições. Os trabalhos foram iniciados pela profa. Tania que justificou as ausências das profas. Izolda Cela – Presidente do Fórum e Marta Emília S. Vieira – Suplente, em consequência de compromissos externos e urgentes. Em seguida foram apresentados os principais aspectos a serem abordados na reunião, destacando-se os encaminhamentos norteados pelas orientações da CAPES/MEC na última reunião do Fórum Nacional, dia 14 em Brasília. A profa. Tania destacou algumas pendências que precisam ser encaminhadas com certa urgência: confirmação das ofertas presenciais 2011, articulação com as SMEs para divulgação das informações sobre o novo fluxo da Plataforma FREIRE, posição da CAPES em relação às ofertas fora de campi e polos, organização de cronograma para elaboração do planejamento estratégico da formação continuada do Ceará. Recordou algumas pendências anteriores como a situação dos polos após avaliação do MEC/DED. Sobre o tema, falou a profa. Aparecida e Aires, destacando recente reunião com o Prof. Celso – CAPES/DED, que enfatizou os problemas dos polos no Estado – infra estrutura física

principalmente, recomendações sobre a oferta de 2ª licenciatura em Espanhol que não pode ser a distância, as muitas trocas para encontrar uma solução e a recomendação de encaminhar a demanda do Ceará para apreciação pelo CNE – consulta que poderá demorar. Sobre essa consulta falou a Profa. Massília, ressaltando os estudos e consultas feitas sobre o tema, particularmente a ajuda da profa. Fátima Azevedo; complementou destacando a consulta do CEE/MT ao CNE – formação complementar em Letras e do Parecer favorável a formação como proposta de resolução, diretrizes para nova habilitação Português Licenciatura em Letras, pessoas que já tem alguma graduação. Professores da rede já com formação com interesse em atuar na disciplina. Do estudo feito pelas professoras destacou-se que o Parecer está aguardando homologação pelo MEC, para alterar a Proposta de resolução para Resolução definitiva. Vários participantes falaram simultaneamente sobre as diretrizes do PARFOR, destacando a necessidade de provocar o CNE por meio do Fórum a solicitar a revisão das resoluções sobre a oferta de 2ª. Licenciaturas a distância. A professora Massília, com as contribuições dos demais professores recomendaram que a solicitação ao CNE para a mudança no texto da 2ª. Licenciatura seja encaminhado com a maior brevidade possível. A profa. Neyara perguntou se essa formação em espanhol não poderia ser um curso de especialização? Estabeleceu-se um diálogo com a profa. Massília, esclarecendo que não, *porque não habilita o professor para a docência, a exigência legal é de uma licenciatura específica*. Sobre ofício encaminhado à CAPES relativo às ofertas fora de campi e polos, o analista da CAPES, Adriano Marini, destacou que as ofertas fora dos campi e polos é da competência do Conselho Estadual do Ceará tratar da questão, destacando para tanto a Resolução CEC 393/2004. Comentou sobre o documento que a CAPES irá encaminhar oficializando a posição com base na consulta do Fórum. O prof. Aires destacou a questão, ressaltando as recomendações do prof. Mauro, *que essa decisão tem que ser feita caso a caso, considerando a situação dos polos, justificativas que circunstanciem que o novo espaço tenha todas as condições asseguradas para a realização dos cursos com a qualidade necessária. Ressaltou que a UFC não oferecerá nenhum curso fora dos polos ou campi, pois privilegia e prioriza a qualidade das ofertas e a formação dos professores*. Acrescentou ainda a avaliação da CAPES sobre os polos – *“recomendou não realizar novas turmas antes que o saneamento seja efetivado e nova avaliação realizada”*. A profa. Ana Célia aproveitou a discussão para colocar a posição da SECITECE, afirmando que *“a preocupação com a qualidade dos cursos por parte da pasta leva à recomendar que as ofertas sejam concentradas nos polos e campi”*. O prof. Aires retomou o tema afirmando *“essa questão depende de vários agentes e parcerias (Governos Federal, Estados e Municípios) pois se trata de um assunto sério a oferta de cursos a distância e/ou presencial, formação docente é questão fundamental para a melhoria dos indicadores, portanto, condições básicas que garantam a qualidade destas ofertas precisa estar assegurada”*. A profa. Aparecida, sobre o foco afirmou que *“nenhum avaliador foi orientado a não*

*visitar instalações fora dos polos*". O analista da CAPES, Manoel Brod opinou que polo são outras estruturas e que não tem problema se o curso acontecer fora da sede, mas deverá haver uma consulta ao CEC. Os presentes solicitaram à CAPES que o documento sobre a situação das ofertas fora dos polos e campi seja encaminhada para a SEDUC e SECITECE. Retomou-se novamente a discussão em torno da Integralização curricular em Língua Espanhola, para definir sobre o encaminhamento pelo fórum, esforço político da SEDUC para conseguir essa resposta em caráter imediato, enviando diretamente para o magnífico Reitor da UNILAB, prof. Paulo Speller (Conselheiro da Câmara de Ensino Superior – CNE), o documento solicitando alteração na Resolução da 2ª. Licenciatura, considerando a urgência da resposta para providências pelas IPES no âmbito do PARFOR. A profa. Aparecida, reconhecendo essa urgência, comprometeu-se em articular-se com o reitor da UNILAB para facilitar o encaminhamento; os profs. Aires e Massília assumiram a responsabilidade pela redação do documento que será encaminhado à SEDUC para assinatura da Presidente do Fórum. Relativo à reorganização dos dados na plataforma, para que todo o fórum possa ter acesso, falaram respectivamente Adriano e Manoel, acentuando que a CAPES/DEB está reestruturando o sistema para facilitar o fluxo de informações e procedimentos. A profa. Aparecida ressaltou o interesse da UNILAB em executar curso de formação de professores com habilitação em Ciências da Natureza (Química, Física, Biologia, Matemática) e Curso Multidisciplinar – formação complementar para professores do Ensino fundamental e habilitação para o Ensino Médio, preferencialmente para professores do maciço de Baturité. Destacou que a referida IPES oferecerá vagas em Letras português, Letras Espanhol e Português como língua estrangeira focalizando a formação de professores. Sobre as ofertas da Plataforma FREIRE/2011.1, o prof. Aires destacou que a UFC não encaminhou nenhuma oferta, que a prioridade será para as demandas da 2ª. Licenciatura em Língua Espanhola, nos demais cursos serão reservadas vagas para o PARFOR, ou seja, as ofertas continuarão integradas à demanda social. A profa. Lineuda informou que a *“UECE priorizará os cursos presenciais Especiais, sobretudo Pedagogia em Quixadá, Fortim, Pacoti, Baturité, Horizonte; Música em Fortaleza e Quixadá e Formação Pedagógica. Os cursos de Matemática, Química e Física ficarão agregados à UAB”*. O prof. Nilson compartilhou a nova orientação da CAPES/DED, *“cada oferta deverá acontecer/estar presente em 5 polos”*. A informação desencadeou algumas reflexões destacando-se o perigo dessa exigência, pois corrobora com a incapacidade de atendimento nos polos, amplia o volume de evasão, em alguns casos não há demanda. O prof. Aires acrescentou que nem todos os polos tem capacidade de oferta. Sobre a oferta 2011 – ainda não está definida UAB/UECE. O prof. Fábio Castelo complementou às informações falando acerca do processo seletivo da UECE/PARFOR, será integrado; os custos da demanda social não cobrem a taxa dos inscritos no PARFOR, levando a UECE a encontrar alternativas de superação em relação aos custos, ampliou a fala por meio de crítica ao avaliador

enviado pelo MEC/DED ao polo de Mauriti e Orós que não se dignou a visitar os Laboratórios do CENTEC que ficam próximos ao polo e tem convênio com os mesmos para realização das aulas práticas do Curso de Química. O prof. Pimentel destacou a situação da URCA: 04 turmas, 02 turmas serão iniciadas, ressaltando a diferença de ofertas/vagas ofertadas e professores inscritos. Destacou a perspectiva de 07 turmas para 2011, se há demanda na região do Cariri para coordenar com as demais forças, mas em função das demandas. Ressaltou *“ofertamos Letras, Biologia, mas não houve demandas. Essas vagas são de candidatos já inscritos em Matemática e Educação Física. Baixa procura não forma turmas”*. Sobre essa situação, Adriano ressaltou que *“alguns cursos não apresentam demanda suficiente. Nesse casos as IPES poderão reofertar; não formando a turma, a IPES reoferta para novas inscrições, para que novos alunos possam concorrer”*. O prof. Cordeiro reconheceu algumas dificuldades do PARFOR/IPES para uma oferta equilibrada e coerente com as necessidades e realidades das redes, recomendando que as IPES solicitem dos cursistas uma explicação sobre os motivos da desistência. Adriano reforçou acrescentando que investiguem *“se as desistências foram motivadas principalmente em função da falta de apoio das SMEs”*. A profa. Neyara mencionou o estranhamento em relação aos dados estatísticos caracterizando carências de professores formados e os altos níveis de evasão e desistências, por quê? Ressaltou *“Os professores já teriam feito alguma formação pelas instituições privadas e por isso não querem participar nas formações específicas oferecidas pelas públicas? É preciso investigar o que está ocorrendo. Outro problema é que na hora da lotação, o professor pega disciplina de outras áreas para completar a carga horária. Isso acontece muito na Sociologia. Minha indagação é a seguinte: o sistema não estaria sendo cúmplice dessa situação?”* O prof. Nilson acrescentou à discussão *“Na reunião foi abordada essa questão. É uma utopia acreditar que os professores vão se dedicar sem o apoio dos sistemas. Os professores são ingratos. Para o prof. Pimentel, ainda sobre a oferta de 2010, “as SMEs e SEDUC precisam de apoio e fomento. Os professores estão passando por situação degradante para participar do PARFOR”*. Algumas dificuldades foram apontadas em relação às ofertas pela UAB, o prof. Nilson afirmou: *“UAB - Se quer tem autonomia, quando todo mundo tem”*. Já a profa. Aparecida destacou *“Esforço do governo, das IPES em fazer a oferta. Na base (prefeituras e SMEs) parece não haver esforço nenhum. As IPES não são culpadas pelas falhas dos Polos.”* O prof. Cordeiro destacou o depoimento de um prefeito: *“A mim não interessa professor competente e sim professor fiel a administração.(anônimo)”*. O PARFOR está enfrentando esse mesmo tipo de questão. Agora a discussão é a sustentabilidade. O governo está tirando o incentivo, o professor continuará? *“A APRECE e UNDIME estão mobilizando os prefeitos para discutir uma gestão sustentável. O fórum deve provocar fazer uma discussão aberta com os prefeitos.”* Sobre essa questão a profa. Vera argumentou *“o MEC não deve repassar recursos para a formação? Quanto às SMEs - os*

*professores não suportam a falta de apoio.” O analista Adriano fez uma intervenção afirmando “Há diferença entre tratamento Estados e Municípios. Entrada no programa – instituições envolvidas com apoio dos gestores. A Capes está fazendo a sua parte, os Estados e professores precisam assumir o seu compromisso”. Sobre essa questão o prof. Mota ressaltou “quando o programa foi idealizado os gestores assumiram que iriam apoiar”. Na mesma direção ponderou o prof. Cordeiro “Novo argumento em relação ao ICMS. Se o Estado tem grande arrecadação porque não assume os custos, como fez com o incentivo ao PAIC?”. Sobre esta situação opinou a profa. Neyara “É uma questão de gestão política”. Para o Manoel “Há recursos no FUNDEB para auxiliar esses professores. Poderíamos intervir?” O prof. Cordeiro alertou “a questão crucial: Tem um bom número de secretários que não sabe lidar como o FUNDEB. Programando com o MEC capacitação para atendê-los”. A profa. Aparecida sugeriu diante dos depoimentos “Os municípios menores poderiam mandar professores para municípios maiores”. Em seguida as discussões abordaram a questão da oferta 2011, destacando as observações do prof. Aires: “a UFC irá dar prioridade à integralização curricular para uma demanda de 400 professores; essa saída com cursos rápidos não foi aceita pela CAPES; precisa haver consenso em relação à 2ª Licenciatura; a formação de turma especial para casos específicos poderá ser a saída para minimizar a evasão; um grande problema continua afetando a oferta, os problemas com infra-estrutura dos polos”. O prof. Nilson enfatizou “a posição da Capes em relação à correria para implementação do plano estava de fato atropelado; na reunião de Brasília já acenaram que vão parar para ajustes e revisão de várias questões”. Acrescentou o prof. Aires “professores temporários, as vezes são a maioria. O que fazer?” Sobre a questão dos profs. temporários, acrescentou a profa. Neyara “a realidade é assim e os professores contratados são uma grande força para os sistemas”. O prof. Aires lembrou “Como o professor vai se inscrever na plataforma? Como isso vai se proceder?” Manoel acrescentou “informações complementares já melhoraram o acesso à plataforma”. O prof. Aires sugeriu que o “fórum deve provocar seminários para informações sobre os processos da CAPES”. Manoel destacou “a CAPES já ampliou os campos de informação para facilitar o acesso às informações”. A profa. Dione acrescentou “questões de natureza política, decisão de governo, o Estado precisa se envolver”. O prof. Aires ampliou as informações ressaltando: “o financiamento do MEC – atrelado ao financiamento especialização do curso. A forma certa é atrelar planilhas de financiamento, transferir responsabilidades não é correto. É preciso equacionar interesses e necessidades no âmbito do MEC. Termos de metas está bem colocado. A questão é: como será o financiamento; estudar as demandas para levantamento de custeio; compartilhar responsabilidades com as SMEs”. Adriano ressaltou “cabe à Secretaria de Educação esse custo. O prof. Pimentel recomendou que esse “documento deve efetivar os compromissos das prefeituras e SMEs”. A profa. Ana Célia (SECITECE) ampliou a discussão falando sobre os cursos financiados*

com recursos do FECOP para áreas de comprovada carência econômica: “turmas fora da sede, professor egresso da rede pública, fomento à carreira, professores formadores – bolsa, professores cursistas – bolsas, experiência positiva pois visa alcançar o social que é imensurável, expandir proposta do FECOP, amadurecer a possibilidade do FECOP para a aplicação ao PARFOR”. O prof. Pimentel apresentou alguns argumentos em relação ao FECOP, sinalizando Altaneira e Salitre como municípios campeões em pobreza”. O prof. Nilson destacou que o “novo fluxo melhorará o processo”, bem como possibilitará “visualizar a condição de colaboração do trabalho nas redes”. A profa. Dione solicitou à profa. Ana Célia maiores informações sobre o FECOP, assinalando “essa possibilidade de fato de ter apoio do FECOP é muito positivo”. Enumerou ainda que o Piso Nacional – complemento suscitado ao município e encaminhar consulta dessa possibilidade de financiamento pelo FECOP. A profa. Ana Célia ressaltou “sobre o FECOP a decisão não é da SEDUC nem da SECITECE, é uma decisão do governo”. As questões levantadas a partir do FECOP revolveu questões anteriores do PARFOR: Vai ter financiamento para o processo seletivo (prof. Aires)? A profa. Aparecida – para a UAB a tendência é não financiar nada isolado, mas que é imprescindível o Planejamento estratégico. A profa. Neyara destacou que *existe uma grande contradição, que é correr sempre atrás do prejuízo, e que é preciso superar essa questão*. O prof. Pimentel questionou “os diplomas sem pensar na concepção do professor, do aluno que queremos formar, da escola que queremos. A discussão é a mesma da visão tecnicista. A discussão é a essência da formação não há essa preocupação. Que tipo de ser humano, de sociedade”. Para finalizar foram encaminhadas as seguintes proposições: Programação dos encontros das IPES para a questão dos seminários do planejamento estratégico, a UFC Virtual precisa apoiar. A profa. Neyara ampliou a discussão sobre construção da rede, disse que é justa a demanda dos professores por certificação, que muitos já fizeram especializações não muito controladas, porque se sabe que há um esquema de compra de monografias. “É preciso começar pensando a natureza da Formação – o que seria, o que queremos com a formação, compreender melhor – qual o professor que a gente quer para a educação integral, para universalizar a educação integral”. Recomendou envolver todos os segmentos do fórum para refletir sobre três questões essenciais do PARFOR: demanda imediata do MEC, dos professores para certificação, da escola/professor que queremos”. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pela assessoria técnica da COGEP em razão das ausências da Presidente e sua suplente. Para constar, Eu, Tania Maria Rodrigues Lopes, lavrei a presente Ata que, após apreciação e aprovação será assinada por todos os presentes.

Fortaleza, 21 de outubro de 2010.